

REGIÃO DE ARARAQUARA: ELEMENTOS PARA PENSAR UM INDICADOR SOBRE VOCAÇÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA

Ricardo Luiz Sapia de Campos¹

Resumo: Busco apontar e discutir alguns elementos que considero centrais para pensar o desenvolvimento produtivo em geral, e o desenvolvimento de pequenos empreendimentos agrícolas da chamada "região de Araraquara" em particular. Considero e relevo fatores como localização, infra-estrutura, dentre outros mais objetivos, todavia me ateno mais pontualmente aqueles de cunho imaterial e cognitivo, com destaque para o saber, conhecimento, interação, comunicação, e particularmente a institucionalidade histórica de práticas cooperadas e de resistência produtiva.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Saber e Conhecimento; Reciprocidade; Empreendedorismo Agrícola.

***Abstract:** This paper seeks to explore some key elements that are relevant to improve overall productivity including, particularly, the small agricultural enterprises in the so-called "region of Araraquara". Location and infrastructure, among other factors, are of paramount importance; however I endeavor to highlight those, which I consider are the most significant and refer to aspects of cognitive and immaterial labor in the sense that its products are intangible, such as knowledge, communication, interaction, focusing on institutional collaborative activities and productive resistance.*

Keywords: Local Development; Knowledge and Understanding; Reciprocity; Agricultural Entrepreneurship.

¹Sociólogo e pesquisador, coordena projeto "jovem pesquisador em centros emergentes" da FAPESP junto ao Departamento de sociologia da UNESP/FCL/Ar. É professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP/FCL/Ar. Email: sapiacampos@yahoo.com.br.

Introdução

O artigo é parte da pesquisa de pós-doutorado na qual buscava entender o funcionamento do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE e sua aplicação na região de Araraquara quando este ainda se constituía em módulo ("módulo Araraquara"). Portanto, a proposta de um programa como "módulo" e sua aplicação nos dezenove municípios² que compunham este quadrante compõem o projeto de estudo elaborado entre os anos de 2006 e 2007, sendo que a pesquisa, e, portanto, todas as referências se reportam a 2008, quando realizamos o trabalho de campo.

Aqui aponto fatores que considero importantes na definição e constituição de um "local da produção". Aponto indicador sobre vocação produtiva neste buscando a partir de aí entender a ação do agente no contexto produtivo do território. A "troca de dias" aparece como fator em destaque que impulsiona atividades coletivas e de inter-relação entre as "células" de produção. Esta prática é recuperada e apresentada com o uma "instituição antiga" e reformada nos moldes do estudo. A chamada "cultura intercalada" prática antiga e sobre a qual já se deu a devida ênfase em estudos que podem ser considerados clássicos sobre a economia agrícola de formação do interior paulista, é relacionada com outras práticas. A comunicação um destes fios condutor do *savoir-faire* é formada a partir desta miríade de relações que transformam e fazem da relação entre os agentes produtivos pressuposto básico para composição ou produção social no âmbito do território

Indicador sobre vocação produtiva

Por vocação produtiva entendo uma miríade ou relação complexa de fatores, todos ou alguns identificáveis ou não que se cristalizam ou estão cristalizados num determinado local ou território constituído ou em vias de se constituir fazendo deste local um ambiente propício ou facilitador para determinado tipo de produto ou produção de maneira geral. São tanto materiais como a localização, qualidade do solo, via de acesso etc., quanto imateriais á exemplo de fatores ligados a tradição, conhecimento e saber que se cristalizam na especificidade de

²Os municípios que compunham o "módulo Araraquara": Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

determinada produção, etc.

Fatores determináveis podem ser identificados e recorrentemente se repetem como "contaminação produtiva", facilitação e acesso a fatores tecnológicos e comunicativos, informação, dentre outros (GURISATTI, 1999). Fatores não determináveis ou complexos são uma série de relações normalmente subjetivas que dosadas ao acaso em determinado território fazem deste um ambiente propício e "singular".

Para estabelecer um indicador sobre vocação produtiva local defini alguns índices e ocorrências estabelecidas a partir da análise do material produzido e da quantificação dos dados. São fatores que normalmente incidem numa territorialidade aproximada, correspondendo, porém não se limitando a delimitação político-administrativa de municípios ou região.

Considere aqui apenas as ocorrências que puderam ser verificadas apresentando índices de relevância. Também fator de ordem mais objetiva que são considerados e citados como distancia da propriedade, escoamento da produção. Também fatores sobre a composição das famílias ou negócios, como o que a pesquisa aponta 41,67% serem compostas de dois membros, e, 31,25 % de apenas um membro que trabalha e aufera renda do empreendimento, e os demais entrevistados, em torno de 27% serem de mais de dois membros. Sugerindo que os negócios ou empreendimentos com maior número de pessoas (com poder de decisão) tendem a serem mais democráticos, ocasionando melhores resultados efetivos de sucesso no mercado.

"Culturas intercaladas" e "troca de dias"

Tomo institucionalidade como a maior ou menor recorrência de fatores que interferem no recorte dum contexto de vocação produtiva. São praticas instituídas e cristalizadas ao longo do tempo. Aponto aqui duas, que considero centrais na formação histórica do interior paulista. Tais institucionalidades e seus desdobramentos são práticas e relações entre os agentes produtivos, e destes mudando constantemente as características do território que incide.

Portanto, instituição ou institucionalidade é definição abrangente, porém articulada ao contexto cultural, político, e socioeconômico (SCOTT, 1995.). Ou numa perspectiva mais abrangente em que instituições são compreendidas, envolvendo regras formais e informais, bem como os códigos de comportamento, normas, conduta, que estruturam o comportamento dos indivíduos isolados ou em grupos (MARQUES, 1997). Considero como casos clássicos de ordem institucional as chamadas "culturas intercaladas" e da "troca de dias".

Como se sabe no início do século XX começa a surgir nesta região como em outras consideradas dentro num arco mais amplo, pequenas propriedades rurais³ em mãos de famílias de pequenos e médios proprietários, muitos dos quais imigrantes europeus e principalmente no caso desta região daqueles originários do norte da Itália⁴. Terras que inicialmente foram adquiridas por compra graças, na maioria dos casos, as economias feitas a partir do trabalhando nas fazendas de café, e geralmente em sistema de colonato. A economia para compra de terras, principalmente pelo grupo de imigrantes, foi possível devido a uma prática antiga chamada de "culturas intercaladas"⁵. Zuleika Alvim (1986) define a formação e prática desta atividade no interior paulista já no final do século XIX com a "acomodação das primeiras famílias italianas nas fazendas paulistas:

Nesta etapa da formação, o trabalho consistia em fazer covas em pontos previamente marcados, plantar o café e manter o terreno limpo durante quatro anos. Nesse período, podiam cultivar milho e feijão entre as fileiras do cafezal. Enquanto a lavoura crescia, o empreiteiro era obrigado, segundo o contrato, a erguer uma cobertura de madeira ou de folhas de milho secas (casinha), nos meses de abril e maio de cada ano, para proteger as

³No contexto daquele momento histórico é preciso considerar pequenas propriedades rurais aquelas com até trinta ou quarenta alqueires ou em alguns casos um pouco mais. O valor da terra, as possibilidades de aquisição e acesso, o significado e impacto da produção que estas "pequenas propriedades" tinham diante das grandes fazendas da época eram bastante distintos do momento atual.

⁴A região em questão, e não só, estendendo de uma faixa de terra que dos arredores da cidade de São Carlos, segue pela antiga estrada de ferro Sorocabana até a cidade de Catanduva, foi marcada fortemente pela imigração predominantemente do norte da Itália. Ver ALVIM, Z. Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870 - 1920, São Paulo, Brasiliense: 1986.

⁵Cultura intercalada foi uma prática sistematicamente desenvolvida pelos imigrantes europeus nesta e noutras regiões do Estado. Como se sabe os imigrantes eram alocados para o trato dos cafezais e eram mantidos a pagas de fome. Ocorre que perceberam que entre os pés, ruas de café, havia um espaço vago que deveriam manter limpo de mato e ervas daninhas, mas que não "servia para nada" segundo o modelo agrícola e a organização sócio-cultural. Começaram, sem resistência dos patrões, que não souberam prever o significado daquela prática, a cultivar estas terras com culturas de subsistência. Desta maneira formaram um mercado paralelo de pequenos produtos como arroz, feijão, milho, abobora, batata, etc., melhoraram o consumo doméstico, e conseguiam "poupar", economizar dinheiro que mais tarde seria utilizado principalmente para a aquisição de pequenas propriedades e fatias de terras.

plantas mais frágeis, com menos de dois anos, desfazendo tais coberturas nos meses de setembro e outubro. Depois de dois anos, o milho e o feijão plantado entre as fileiras do café ajudavam a protegê-lo, dispensando tal trabalho (p. 79).

Não existia mercado interno constituído para os produtos provenientes desta prática. Com a reiterada incidência do plantio e principalmente com a comunicação entre os grupos é que este mercado se desenvolve. Com o desenvolvimento deste mercado interno tais produtos passam a serem valorizados conforme aponta Durham (2004), possibilitando além de melhor alimentação, ganhos extras, e economias por parte dos grupos de imigrantes. Os fazendeiros que não tinham interesses comerciais nestes produtos viam com bons olhos seus "pés de café" serem melhor cuidados com a completa eliminação de pragas e ervas daninhas dada a valorização que passa a ter estes vãos livres para prática das culturas intercaladas.

Marx ao fazer a análise da "força de trabalho" como capital variável aponta um misto de independência relativa que se organiza fora do capital, ou seja, não integra o circuito de valorização do capital. Esta independência consiste exatamente em relações sociais, também em formas de trabalho que em princípio não integram o circuito de valorização do capital. O autor clássico cita como exemplos há seu tempo e leitura, os valores da cooperação operária que não se reduz à valorização do capital, ou seja, sendo irreduzível à organização capitalista do trabalho; bem como o conjunto de valores históricos e morais que são renovados pelo movimento das lutas dos trabalhadores. E ainda, como no caso em questão, a "relativa independência da pequena circulação, o vínculo com a terra, e a chamada economia familiar".

As práticas sistemáticas acabaram ao longo de anos por se constituírem como foco de resistência para os grupos que a praticavam conforme aponta Alvim (1986). Comportam num mesmo ato a vertente da negação (da recusa), que no caso era a negação da condição de miséria presente, e, a construção de alternativa a esta negação (MEZZADRA, 2006)

Dentre os entrevistados 88%, observando que a incidência ocorre mais entre os que residem na propriedade e que têm mais de 40 anos, apontaram uma prática antiga e que sempre foi bastante difundida entre pequenos proprietários rurais desta região. Trata-se do que eles próprios denominam de "troca de dias". Na troca de dias um produtor ou proprietário trabalha para outro normalmente seu vizinho, ou mesmo não sendo vizinho, com quem mantêm constantes relações

de reciprocidade (parentesco, compadrio, etc.) quando aquele precisa geralmente por motivos urgentes. Normalmente quem recebe o trabalho é que tem a necessidade, e no mais das vezes urgência. Nem sempre quem lhe executa poderia fazê-lo, não fosse a necessidade do primeiro aliado a relação que antecede esta necessidade e principalmente o sistema de troca que se estabelece. No fim somam-se os dias trabalhados, sendo que aquele que recebeu pelo serviço fica devendo "em dias" àquele que prestou os serviços. Uma prática cooperada entre pessoas ou proprietários estruturada em laços de reciprocidade e confiança, e que já estava presente na "bagagem" dos imigrantes italianos, mas que a seu modo acontecia no Brasil antes o fluxo imigratório conforme os "mutirões" descritos por Antonio Candido (2009) em seu clássico *Parceiros do Rio Bonito*. Putnan (2005) faz referência a esta prática identificada no norte da Itália e apontada como sendo um dos pontos fundamentais da formação das "comunidades cívicas", locais, e que recebe o nome de *aiutarella*. A *aiutarella* funciona ou funcionava de maneira muito parecida, quase idêntica a da troca de dias que apontamos. A diferença fundamental é que na *aiutarella* troca-se mais a ajuda em si do que os dias ou horas trabalhadas. A *aiutarella*, ou a prática da ajuda mútua consiste no trabalho coletivo e organizado, geralmente em períodos de exceção ou "sufoco". Putnan (2005) cita o caso da confecção de tulhas para armazenamento de grãos nos EUA, ou numa clássica citação de David Hume, aponta á exceção dos períodos de colheita.

Dos entrevistados com a pesquisa poucos apontam não trocar ou terem "trocado dias". A totalidade se pode dizer dos entrevistados afirmam utilizar ou então ter utilizado até um passado baste recente deste tipo de prática. Outra incidência alta, de 48, 96%, afirmam utilizar o trabalho de "diarista", que em alguns casos, ainda tem a denominação antiga de "jornaleiros" (de jornada de trabalho). O trabalhador "diarista" é contratado no início da jornada (dia) de trabalho e dispensado no final do dia. Isso significa que há facilidade e mobilidade quanto a quantidade e a qualidade do trabalho. Precisando do trabalho faz-se a escolha diante a demanda de mão-de-obra disponível, ou, se a experiência do dia anterior me foi vantajosa, volto a contratá-lo no dia seguinte.

Uma prática comum, diria até que a mais comum entre pequenos proprietários de determinados bairros rurais e micro-regiões é o "empréstimo de implementos agrícolas". A totalidade dos entrevistados que possuem implementos, ou então os utiliza, afirmam fazer uso desta prática, que é bastante conhecida e difundida em pequenos núcleos produtivos. Prevalecendo entre os que responderam ao questionário, 20,83%, uma espécie de relação ética em "colaborar e receber

colaboração" dependendo das relações estabelecidas; Esta relação é reforçada quando outros 20,83% dos entrevistados sobre esta mesma questão apontam que existe ao mesmo tempo uma ampla concorrência e colaboração entre os produtores de determinado bairro. De qualquer maneira, a "troca de implementos" é uma prática, uma "instituição" à qual ninguém se nega em participar. Inclusive por isso é uma instituição. (MARQUES, 1997). De uma maneira ou de outra é bastante comum o fluxo de troca de implementos que para definição e entendimento é melhor chamam de "empréstimo". Diferente da troca de dias em que a retribuição ou restituição é dada na proporcionalidade de horas trabalhadas na "troca de implementos" muitas vezes uma das partes não possui implementos para troca. Mesmo assim tomando emprestado ativa-se uma espécie de dívida na qual, inclusive moralmente, aquele que recebe se obriga tacitamente retribuir nalguma oportunidade. Retribuição que no mais das vezes acontece das mais diferentes maneiras conforme verificamos ao longo da pesquisa: informação, (sobre ocasião de pequenos negócios de animais e insumos), favores de toda ordem que vai além da reciprocidade com relação ao negócio. Trabalha-se na ajuda de determinada tarefa que pode ser colheita, trato, reparo e manutenção de equipamentos, reparo em estruturas como barracões e até casas de moradia etc. "Dívida de gratidão" que produz resultados.

Com relação à prática da "troca de dias", conforme soube mediante depoimentos recolhidos durante o trabalho de campo, estas procuram "esconder-se" uma vez que os fiscais do Ministério do Trabalho buscam punir quem as pratica por se caracterizarem numa espécie de burla às normas trabalhistas. Caso típico, portanto, de choque entre o trabalho regulado (assalariado), e formas e relações de trabalho construídas a partir da experimentação coletiva de vida, trabalho inventivo e experimentação.

Informação, comunicação e tecnologia

A circulação e o fluxo de informação, a comunicação entre os agentes produtivos é a peça chave para o desenvolvimento de determinada região. A relação entre informação e comunicação versus isolamento, são os fatores que classicamente caracterizavam a antiga condição do camponês, e que ainda continua definindo o moderno agricultor (CAMPOS, 2007).

Por informação e comunicação entendo uma série de fatores que propicia, facilita e instiga a interação entre produtores ou grupos de produtores fazendo com que positivamente o acesso a informação e a interação comunicativa resultem concretamente em melhora e aprimoramento da produção, e conseqüentemente

em melhores condições de vida de maneira geral.

Tecnologia é o uso de técnicas de produção como, por exemplo, confinamento animal, inseminação artificial, pastejo rotacionado, técnicas de silagem e armazenamento de grãos, conservação e trato intensivos do solo etc. Fatores que recorrentemente observamos na pesquisa. Com relação ao uso, ou mesmo a "aceitação" de inovações técnicas e introdução de novas tecnologias de produção, a escolaridade é um parâmetro formal importante, sendo, contudo, necessário analisá-la relativamente a outros fatores e condições da propriedade de maneira geral. A média de escolaridade é alta entre os agricultores que realizamos a pesquisa. 18,75% responderam possuir nível superior e 2,08% pós-graduação, destacando a maior incidência de 48% dos entrevistados apontando terem concluído o segundo grau.

Ocorre relacionar a escolaridade com a renda auferida com a propriedade em que 45% das respostas apontam uma renda acima de dez salários mínimos, com incidência da ordem de 23,96% respondem auferir com a propriedade renda entre um até três salários. Lembrando que no questionário ponderei "uso de tecnologia", em que todos apontam fazer. Porém quando perguntados o que é esta tecnologia apontam tratores, implementos agrícolas, poço artesiano, etc. "Tecnologia da informação", conforme pondera Gorz (2005) integra o próprio capital fixo material e é usada sistematicamente e de forma coordena, por um grupo reduzido de produtores. (cursos de aprendizagem, adequação e novas técnicas de produção, literatura específica, acompanhamento técnico especializado, etc).

É trabalho dos sociólogos qualificar as estatísticas nos moldes classicamente apontado por Thompson (1989). Cabe questionar, portanto, o que se esconde por trás de respostas e informações como as do tipo em que, quando perguntados aos produtores entrevistados sobre a orientação técnica da propriedade, particularmente da figura do agrônomo ou em casos do técnico agrícola, praticamente todos respondem positivamente, indicando que "tem alguém" que dá este tipo de assistência técnica. Quando perguntado sobre a procedência ou origem desta assistência a maioria indica como sendo provenientes das cooperativas, seguida em incidência de casos da assistência proveniente da "casa da lavoura", que como se sabe é órgão do Estado. Ocorre que quando buscamos saber que "cooperativas" são estas da qual provém grande parte da assistência técnica dispensada aos produtores, descobrimos que todas elas provêm de cooperativas de produtores de cana-de-açúcar, com exceções dos casos raros da COFRUCAR – Cooperativa de Citricultores

de Cândido Rodrigues e da COAGROSOL – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis.

As cooperativas de produtores de cana mantêm um setor de vendas de insumos e defensivos agrícolas que são impulsionados pela "política de receitas". Ou seja, o agrônomo ou técnico avia receita para compra que é vendida pela própria cooperativa. Lembrando que a maioria, ou seja, 92% dos agricultores (pequenos empreendedores agrícolas) que entrevistamos, apresentam uma característica interessante para pensar a organização socioeconômica da região. Possuem parcela da propriedade (normalmente a maior parte) destinada a cana-de-açúcar para fornecimento para usinas. Reservam uma porcentagem das terras para empreender seus negócios.

Normalmente estes negócios caracterizados na pesquisa como pequenos empreendimentos agrícolas são voltados para um mercado diferenciado que traz dentre suas características o fato de serem extremamente qualificados. Uma nova organização produtiva que valoriza produtos e saberes que se julgavam extintos pela divisão social do trabalho fordista. Mercados, no sentido colocado por Dimaggio e Louch (1998) construídos e reconstruídos coletivamente pela experimentação comunicante de trocas praticadas pelos agentes, e que valorizam formas de vida e organização da produção e produtos diferenciados (GORZ, 2005).

Saber e conhecimento como força produtiva

Savoir-faire⁶ da tradição francesa é terminologia adequada para pensar a nova força produtiva que se forma nestes núcleos de produção agrícola. Conforme aponta Gorz (2005), acerca do conhecimento:

Os saberes comuns ativados pelo trabalho imaterial, não existem senão em sua prática viva, e por ela. Eles não foram adquiridos e produzidos em vista de trabalho que podem realizar ou do valor que podem assumir. Eles não

⁶Indica um tipo de saber completamente distinto daquele valorizado pela sociedade industrial e pelo uso e contenção da técnica. Trata-se de um tipo de conhecimento completamente diferente daquele "criado" para as soluções pontuais e específicas de problemas. É um conhecimento em movimento (ativo) e, portanto, em completa mutação, e que pertence a sociedade, ou coletividade que o produziu. "Conhecimento dotado de saber" e que apenas se aprende fazendo, ou no curso da vida.

podem ser destacados dos indivíduos sociais que os praticam, nem avaliados em equivalente monetário, nem comprados ou vendidos. Os saberes resultam da experiência comum da vida em sociedade e não podem ser legitimamente assimilados ao capital fixo (p.33).

As experiências produtivas em pequenos núcleos de empreendimentos com os quais trabalhamos na pesquisa escapam à organização técnica científica do trabalho regulado tal qual conhecemos com o desenvolvimento das ditas sociedades industriais. Por definição, estas experiências produtivas não separam o ato da concepção da produção.

As colocações que faz Paolo Gurisatti (1999) com relação ao sucesso produtivo do chamado nordeste italiano e mesmo do círculo Alpino servem como definição para entender a "explosão" produtiva que vem acontecendo a seus modos em diferentes locais:

Contrariamente ao que ensinam os manuais de economia, a Europa do Arco Alpino, soube encontrar uma trajetória de crescimento baseada na conservação do ambiente e da comunidade local e na maior valorização do **saber prático (tácito-contextual)**⁷, em relação ao saber científico e aos conhecimentos *high-tech*, e não enfrentou as grandes transformações, as grandes fraturas que o desenvolvimento fordista da grande empresa trouxe para a *Europa das Capitais*, com conseqüências aparentemente inevitáveis do progresso (p.80).

Esta nova organização produtiva tem como característica a valorização do saber, e a recuperação de formas de produção que julgávamos extintas, conforme os autores Souza, Santana e Deluiz (1999) apontam:

A resposta à crise, ou melhor, como querem os teóricos da especialização flexível, a antecipação ao estrangulamento, não surgia de elementos totalmente inusitados. Antes, viria de uma certa recuperação de elementos ou formas produtivas que sucumbiram diante do sistema fordista, sem se extinguir. Aquilo que pode-se chamar de sistema de manufatura concorrera com as idéias-chaves que se articulariam mais tarde no fordismo, sendo

⁷Grifo nosso.

derrotado enquanto linha mestra do mundo produtivo, continuando a existir ao longo do tempo em experiências isoladas. A derrota teria se dado devido, sobretudo, à intervenção de ordem política, sustentada pela visão de evolucionismo tecnológico (p. 41).

Na pesquisa trabalhei exatamente com este perfil de pequeno produtor rural que posteriormente (como resultado de pesquisa) chamo de "alternativa" são casos que recuperam saberes e formas de vida que passam a ser valorizadas por um mercado em construção. Exemplos como doces em geral e alimentos, aguardente, alguns produtos artesanais e principalmente produtos convencionais produzidos de forma alternativa como o caso dos orgânicos. E vale ponderar, apesar de não ter sido foco da pesquisa o caso da produção de alternativas e "modos de vida" como chácaras de residentes ou de veraneio.

Arnaldo Bagnasco (1999) perseguindo os fatores centrais que proporcionaram o desenvolvimento do caso italiano aponta:

(...) as sociedades locais que souberam aproveitar o crescimento da pequena empresa beneficiaram-se de um tecido urbano composto de cidades de pequeno e médio porte, perfeitamente equipado e distribuído sobre o conjunto do território, onde toda uma rede tradicional de empresas comerciais, artesanais, de fábricas de produção em série limitada, de serviços bancários e administrativos, de infra-estruturas viárias e civis, de equipamentos culturais e de administração local apropriada e eficaz, desempenhava suas funções urbanas. Essas cidades ativaram esse processo em interação com as regiões rurais caracterizadas, do seu lado, por uma estrutura social particular: a da família rural autônoma, proprietárias de pequenos lotes de terra, em *fermage*, ou em *métayage*. Essa família forneceu no mercado de trabalho das pequenas empresas industriais, operários polivalentes, formados num meio rural auto-suficiente e culturalmente direcionados para a autonomia e a mobilidade. Além disso, ela oferecia uma certa segurança frente ao mercado de trabalho incerto e, às vezes, aleatório, compensações à renda oriunda do trabalho assalariado e uma gestão integrada das rendas suplementares. Em inúmeros casos, em somente uma ou duas gerações surgiram dessas famílias rurais, artesãos e pequenos empresários. Assim, a ação combinada dessas duas condições permite melhor entender a razão pela qual o meio mais favorável à expansão da pequena empresa foi o que um economista designou de "campo urbanizado" (p. 38)

Campo urbanizado no contexto italiano para arriscar uma aproximação vis a vis aceitável é uma realidade típica de comunidades rurais de pequenos proprietários, produtores e artesãos. No caso da pesquisa ponderei que boa parte dos hoje agricultores ou pequenos empreendedores agrícolas da região de Araraquara no passado trabalharam em regimes como meação particularmente. E, 70% dos que respondem terem trabalhado em regime de meação respondem também terem adquirido a atual propriedade ou negócio na forma de compra sendo que as economias provenientes deste sistema de meação contribuíram para a compra do negócio. É quase nula as incidências de respostas que incidem em casos de que os hoje proprietários foram anteriormente assalariados agrícolas.

Conclusão

No texto procurei apontar elementos que considero centrais para entender a emergência produtiva de pequenos empreendimentos agrícolas na região de Araraquara. Todos os temas levantados, mesmo os apontamentos conceituais e teóricos, foram propostos a partir da verificação e ocorrência de casos trabalhados na pesquisa de campo. Persiste a idéia de uma "localização" desterritorializada, ou seja, de uma localização que particulariza (no caso região de Araraquara) levando em consideração fatores de ordem imaterial na formação da identidade produtiva. Uma localização que se "des-territorializa" nesta que definimos como região de Araraquara, ou então num "módulo Araraquara" conforme proposta de política pública que o SEBRAE proponha desde os tempos do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado, e que continua atualmente com o Agrosebrae.

Consiste em recapitular os elementos centrais da constituição do território na tentativa de definir uma identidade produtiva para este território. Pensar um indicador de vocação produtiva significa recapitular, valorizar e entender este local e a sua identidade. Como, por fim, o conhecimento produzido pelas comunidades rurais e historicamente pelos núcleos agrícolas circulam em interação com outros territórios se conectando num circuito mais amplo.

Referências

ALVIM, Z. **Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870 – 1920**. São Paulo, Brasiliense: 1986.

CAMPOS, R.L.S. Desenvolvimento rural, conhecimento e cooperação como

força produtiva. **Perspectivas**, Revista de Ciências Sociais da UNESP Araraquara/SP, v.32, 2007.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Orgs.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

DIMAGGIO P.; LOUCH, H.W. Socially Embedded Consumer Transactions: For What Kinds of Purchases do People Use Networks Most? *American Sociological Review* (October), p.619-37, 1998.

DURHAM, E.R. **A Dinâmica da Cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GURISATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARQUES, E. C. Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB**, Rio de Janeiro, n.43, jan./jul. 1997.

SCOTT, R. W. **Institutions and organizations**. California: Sage Foundations, 1995.

MARX, K. **Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política** (GRUNDRISSE) 1857 - 1858. México D.F: Ed. Siglo Veintiuno, 1972.

MEZZADRA, S. **Diritto do Fuga: migrazioni, cittadinanza, globalizzazione**. Verona: Ombre Corte, 2006.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2000.

SOUZA, D.B.; SANTANA, M.A.; DELUIZ, N. **Trabalho e Educação**: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil. Rio de Janeiro: Quartet & Comunicações, 1999.

THOMPSON E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Paz e Terra: São Paulo, 1989.